



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17964 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO ESTADO SEDE DA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO

Francisco Edmar Pereira Neto - UECE - Universidade Estadual do Ceará

José Airton de Freitas Pontes Junior - UECE - Universidade Estadual do Ceará

UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO ESTADO SEDE DA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO

Formação de Professores – Licenciaturas – Expansão do Ensino Superior

1 INTRODUÇÃO

A expansão recente dos cursos de formação de professores no Brasil foi influenciada, especificamente, pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Nessa legislação a licenciatura plena foi estabelecida como o padrão da formação inicial dos professores no Brasil, apesar de a própria legislação conter exceções a esse padrão para os professores dos Anos Iniciais e Educação Infantil (CARVALHO; DAMASCENO; MOURA, 2019). Apesar disso, e impulsionados pelas metas do Planos Nacionais de Educação que transformaram a formação inicial em um tipo de formação em serviço (GATTI ; BARRETO; ANDRÉ, 2011), a formação em nível superior dos professores cresceu e seguiu tanto uma tendência de privatização (GATTI *et al.*, 2019; MAUÉS; SEGENREICH; OTRANTO, 2015; MOROSINI; FRANCO; SEGENREICH, 2011; SENKEVICS, 2021) da formação como de crescimento da modalidade de Educação a Distância, nos anos mais recentes (MENEGHEL; WESTPHAL, 2020). No entanto, poucas pesquisas investigaram os impactos dessas mudanças no perfil formativo dos professores em atuação na Educação Básica (CARVALHO, 2018).

O objetivo dessa pesquisa é identificar no perfil formativo dos professores em atuação na Educação Básica as marcas das políticas de formação de professores. Uma informação potencialmente interessante para esse tipo de análise aparece do cruzamento do estado de atuação do docente com o estado da sede da IES de sua formação. Podemos nos perguntar se a formação dos professores é feita principalmente em seu estado de atuação ou se é feita em outro estado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Estudando o período de 2010 a 2018, Meneghel e Westphal (2020) identificaram um crescimento no total de matrículas em cursos de licenciatura de 20,8%. Esse crescimento veio, principalmente, do aumento da oferta de vagas de Educação a Distância, provocando, inclusive, uma diminuição das matrículas presenciais. De fato, a Educação a Distância tem sido um dos grandes instrumentos de aumento das vagas de formação de professores desde sua origem. Trevisol e Toledo (2021), analisando dados sobre a oferta dessa modalidade no Brasil, de 1998 a 2018, mostraram que os primeiros cursos de EaD, registrados no Censo da Educação Superior de 2000, eram cursos de licenciatura. Apesar disso, quando consideramos o número de matrículas, as licenciaturas ainda possuem a maior parte dos alunos da EaD, em 2018. Os autores, analisando os motivos desse elevado crescimento da EaD no Brasil, identificaram que houve um crescimento exponencial de polos entre 2016 e 2018, fruto da flexibilização de sua abertura, sem prévia autorização do poder público, a partir do Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Ademais, os cursos dessa modalidade oferecem a oportunidade de barateamento dos custos de formação, o que é extremamente atraente para as instituições privadas (GATTI *et al.*, 2019).

Voltando ao estudo de Meneghel e Westphal (2020), as autoras identificaram uma dominância nas matrículas das licenciaturas das instituições privadas. Mesmo com uma diminuição do número de cursos, fazendo com que, desde 2011, exista uma leve maioria de cursos em IES públicas (51,0% em 2018), as matrículas são, em sua ampla maioria, localizadas em IES privadas (62,4% em 2018), em que a EaD corresponde a 69,2% do total das matrículas privadas. A situação inversa é encontrada nas IES públicas, pois a maioria das matrículas são em cursos presenciais (81,4%). Os dados trazidos pelas autoras nos mostram que o modelo privatista de expansão do ensino superior se fez sentir em grande medida nos cursos de formação de professores, sendo impulsionados, nos últimos anos, pelo aumento da oferta privada de vagas em cursos EaD.

Um detalhe é que essa expansão tem tido uma forte participação das IES privadas com fins lucrativos. Enquanto, principalmente após 2016, as matrículas em cursos de licenciatura têm diminuído, tanto no presencial como na modalidade a distância, entre as IES privadas sem fins lucrativos, sendo mais acentuada no

segmento presencial; o oposto vem ocorrendo com as IES privadas com fins lucrativos que registraram, no período de 2010-2016, um grande crescimento nas matrículas em suas licenciaturas, com destaque para as ofertadas em formato EaD (132,0%) (Tagliari, 2022). Muito desse crescimento é explicado pelas alterações efetivadas no FIES em 2010 que beneficiaram imensamente as instituições privadas (Chaves; Santos; Kato, 2020). Ressalva-se que essa expansão privatista não se deu, na área de formação de professores, do mesmo modo em todas as regiões do país, pois, nas regiões economicamente mais carentes, exatamente aquelas que mais precisavam de uma expansão na sua oferta de formação inicial docente, foram as instituições públicas as principais ofertantes. Isso parece indicar que o poder público atuou “como fator de equilíbrio perante as desigualdades regionais” (Gatti *et al.*, 2019, p. 93).

Esse crescimento também não se deu por igual entre áreas de formação de professores. A expansão, via IES privadas, ocorreu principalmente pela oferta de vagas em cursos de pedagogia (Maués; Segenreich; Otranto, 2015). A presença do setor privado na formação dos pedagogos é tão massiva que, em 2016, 81,4% dos estudantes de pedagogia se encontravam em IES privadas. Na direção oposta, as áreas de formação científica, de modo geral, ainda permaneceram sendo, principalmente, ofertadas por IES públicas (GATTI *et al.*, 2019).

Em estudo sobre a carência de professores nas áreas de formação específica, com dados do censo da educação superior de 2010 a 2021, as IES privadas correspondem sempre à maioria tanto de ingressantes como de concludentes desses cursos, com a exceção do ano de 2014, pois as IES públicas formaram a maior parte dos concludentes (Bof; Caseiro; Mundim, 2023). O estudo referido também apresentou um decréscimo no número de ingressantes das áreas específicas de licenciatura, sendo maior em biologia. Um outro dado importante desse estudo diz respeito à passagem, nesses tipos de licenciatura, para a EaD. O curso de educação física foi o que teve a maior inversão entre presencial e a distância. De 2,4% ingressantes de educação física em cursos de EAD, em 2010, passou para 74,9%, em 2021. Essa inversão ocorreu em quase todas as áreas, com exceção dos cursos de física, química e ciências, corroborando o que diziam Gatti *et al.* (2019).

A expansão da oferta de formação de professores, seja ela pública ou privada, provocou alterações no perfil dos professores. Carvalho (2018), em estudo sobre o perfil do docente, indica que houve uma diminuição do número de professores que ingressam na carreira com menos de 26 anos de idade no período de 2009 a 2017. Isso pode indicar que, em razão da ampla exigência de nível superior para o exercício do magistério, os novos professores estão adentrando na atividade profissional após a sua formação inicial em cursos superiores. Isso se coaduna com o aumento do percentual dos professores com nível superior. De

67,6% em 2009, os professores com curso superior, incluindo-se aqui aqueles com diplomas que não sejam de licenciatura, passaram a ser 78,4% daqueles que atuaram na educação básica em 2017. Com relação às etapas, os docentes atuantes no ensino médio apresentam a maior porcentagem de nível superior, e a Educação Infantil a menor. No entanto, a Educação Infantil (18,5%) e os anos iniciais (14,6%) apresentaram as maiores variações positivas no período, mostrando um acréscimo relevante de formação superior entre os docentes dessas etapas de ensino. Com relação aos tipos de instituições em que os professores foram formados, temos um predomínio de egressos das instituições privadas (CARVALHO, 2018)

Além disso, a preferência pelas IES privadas na hora de formação dos professores, pode refletir a maior acessibilidade desses cursos. Seja pelas vantagens de poder cursar em qualquer dia e horário, tornando-o atrativo para aqueles que se encontram no mercado de trabalho e necessitam de maior qualificação. Seja pelo preço mais acessível, pois em geral os cursos de EaD são mais baratos do que os cursos presenciais, e como desde 2014 vivenciamos um crise econômica, alternativas com menores custos para a qualificação se tornam bastante atrativas (SENKEVICS, 2021).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo exploratório, com abordagem quantitativa e análise descritiva. Os dados foram obtidos da base de dados abertos do INEP, sendo que o ano de 2019 foi o último divulgado com a desagregação necessária para essa análise.

O procedimento consistiu em se comparar o estado de atuação do docente com o estado da sede da IES de formação. Aqueles em que o estado coincide com a sede da IES foram denominados de “nativos”. Os professores em que o estado sede da IES é diferente do estado de atuação foram chamados de “não-nativos”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foi elaborado uma tabela em que se pode comparar os número de professores “nativos” e “não-nativos” por cada unidade da federação. Isso nos permitiu inicialmente mensurar o grau de natividade da formação dos professores no Brasil. Os estados se encontram ordenados da maior para a menor taxa de natividade.

Tabela 1 – Taxa de natividade dos professores por unidade da federação

| Estado | Nativo | Não-nativos | Taxa de Natividade |
|--------|--------|-------------|--------------------|
| Piauí | 24521 | 1715 | 93,5% |

| | | | |
|----------------------------|--------|-------|-------|
| Rio de Janeiro | 73559 | 5602 | 92,9% |
| Ceará | 59086 | 5390 | 91,6% |
| Amazonas | 29371 | 3436 | 89,5% |
| São Paulo | 315389 | 38120 | 89,2% |
| Rio Grande do Sul | 69464 | 9693 | 87,8% |
| Paraná | 98773 | 17212 | 85,2% |
| Pernambuco | 34206 | 6039 | 85,0% |
| Roraima | 3946 | 897 | 81,5% |
| Minas Gerais | 127281 | 30769 | 80,5% |
| Mato Grosso do Sul | 19883 | 5033 | 79,8% |
| Bahia | 71009 | 20740 | 77,4% |
| Santa Catarina | 48306 | 15090 | 76,2% |
| Distrito Federal | 15776 | 5064 | 75,7% |
| Sergipe | 10893 | 3592 | 75,2% |
| Goiás | 33343 | 11030 | 75,1% |
| Acre | 4913 | 1753 | 73,7% |
| Maranhão | 31302 | 12017 | 72,3% |
| Tocantins | 7668 | 3037 | 71,6% |
| Rio Grande do Norte | 14316 | 5862 | 70,9% |
| Rondônia | 7293 | 3004 | 70,8% |
| Amapá | 4577 | 1899 | 70,7% |
| Espírito Santo | 21598 | 9203 | 70,1% |
| Alagoas | 11959 | 5883 | 67,0% |
| Mato Grosso | 14985 | 7724 | 66,0% |
| Paraíba | 17726 | 10382 | 63,1% |
| Pará | 31228 | 24702 | 55,8% |

Fonte: Censo Escolar 2019

Pelos dados da tabela 1 podemos verificar que todos os estados brasileiros possuem elevados nível de professores formados por IES sediadas dentro de suas próprias fronteiras. Muitos estados, com destaque para o Piauí, possuem uma taxa de natividade superior a 90,0%. Na ponta inferior tempo o Pará com uma taxa de 55,8%. Mesmo sendo a taxa mais baixa, indica que mais da metade dos professores atuantes no Pará tiveram sua formação em instituições com sede no próprio estado. As elevadas taxas de natividade podem apontar para a lógica local do mercado de trabalho do magistério que, apesar de não proibir, não incentiva uma grande mobilidade de profissionais (PAUL, 2015). Sabendo-se disso, chama a atenção para grande contingentes de professores formados por IES de outros estados.

Com a finalidade e compreender melhor de onde vem esses professores “não-nativos”, organizamos uma segunda tabela mostrando os estados que mais formaram esse tipo de professor. Foi acrescentada a variável de categoria administrativa para se avaliar o grau de privatização da formação desses professores “não-nativos”. A tabela foi ordenada do estado com maior número de professores “não-nativos” atuante em outros estados para aquele com o menor número.

Tabela 2 – Professores “não-nativos” por estado sede da IES de formação e dependência administrativa

| Estado | Federal | Estadual | Municipal | Privado | Total | Taxa de Privatização |
|---------------------|---------|----------|-----------|---------|-------|----------------------|
| Paraná | 900 | 5557 | 156 | 47497 | 54110 | 87,80% |
| São Paulo | 405 | 1651 | 1008 | 31894 | 34958 | 91,20% |
| Ceará | 325 | 23819 | 0 | 5601 | 29745 | 18,80% |
| Rio Grande do Sul | 1551 | 81 | 0 | 19129 | 20761 | 92,10% |
| Rio de Janeiro | 1265 | 548 | 218 | 16020 | 18051 | 88,70% |
| Minas Gerais | 3100 | 825 | 54 | 12616 | 16595 | 76,00% |
| Santa Catarina | 1047 | 422 | 1207 | 8614 | 11290 | 76,30% |
| Piauí | 1948 | 3545 | 0 | 5411 | 10904 | 49,60% |
| Mato Grosso do Sul | 936 | 254 | 0 | 6620 | 7810 | 84,80% |
| Bahia | 353 | 1423 | 0 | 5198 | 6974 | 74,50% |
| Pernambuco | 795 | 1858 | 2538 | 1711 | 6902 | 24,80% |
| Mato Grosso | 5600 | 326 | 7 | 858 | 6791 | 12,60% |
| Distrito Federal | 1934 | 3 | 2 | 4845 | 6784 | 71,40% |
| Goiás | 747 | 1841 | 247 | 2849 | 5684 | 50,10% |
| Tocantins | 1442 | 2340 | 363 | 1296 | 5441 | 23,80% |
| Paraíba | 1445 | 1062 | 0 | 2038 | 4545 | 44,80% |
| Espírito Santo | 429 | 0 | 145 | 2461 | 3035 | 81,10% |
| Pará | 1273 | 695 | 0 | 1050 | 3018 | 34,80% |
| Maranhão | 312 | 924 | 0 | 1535 | 2771 | 55,40% |
| Sergipe | 651 | 0 | 0 | 1278 | 1929 | 66,30% |
| Rio Grande do Norte | 607 | 575 | 0 | 251 | 1433 | 17,50% |
| Rondônia | 301 | 0 | 0 | 962 | 1263 | 76,20% |
| Alagoas | 262 | 143 | 0 | 829 | 1234 | 67,20% |
| Amazonas | 313 | 291 | 0 | 530 | 1134 | 46,70% |
| Amapá | 108 | 24 | 0 | 374 | 506 | 73,90% |
| Roraima | 78 | 52 | 0 | 151 | 281 | 53,70% |
| Acre | 205 | 0 | 0 | 55 | 260 | 21,20% |

Fonte: Censo Escolar 2019

A lista aponta que dentre os sete maiores estados formadores de professores não-nativos temos 6 do eixo sul-sudeste. Esse dado era esperado, pois os principais conglomerados privados, com grande ofertas de cursos EaD para a formação de professores, tem suas sedes nos estados dessa região. Essa confluência de resultados pode indicar que esse dados, na ausência de dados exatos sobre a mobilidade em que o professor foi formado, um *proxy* do impacto dos cursos de EaD no país. Os cursos EaD não obedecem as fronteiras dos Estados e, sendo as IES privadas credenciadas pelo federação e não pelos conselhos estaduais, isso facilita sua atuação transfronteiriça.

O estado do Ceará chama a atenção pela peculiaridade de ser o terceiro maior formados de professores “não-nativos” sendo que esses são em sua grande maioria formados por IES estaduais. Esse é um dado que necessita de maior

análise visto que as IES estaduais são reguladas pelos conselhos estaduais e tem seus limites de atuação dentro das fronteiras de cada estado. É possível que pelo fato do Ceará ser conhecido pelo seu desempenho nas provas de larga escala exista algum programa que facilite a atuação dessas IES estaduais na formação de professores em outros estados. Além disso, poderia ser levantar a hipótese de que esses professores foram formados no Ceará e migraram para atuar em outros estados, possivelmente próximos. No entanto, a grande quantidade torna essa hipótese menos provável, visto as já citadas dinâmicas locais do mercado de trabalho do magistério.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados, em primeiro lugar, nos indicam que os professores são formados em sua grande maioria nos estados em que irão atuar como docentes. Isso sugere que as políticas de formação de professores devem se preocupar em oferecer cursos de licenciatura nas regiões próximas em que se pretende que esses docentes atuem.

Em segundo, lugar, os dados desfavorecem uma análise comparativa entre os quantitativos de professores formados em uma determinada região ou estado e aqueles com atuação nesse estado como uma medida da empregabilidade desses cursos ou instituições, como aquele empreendido por Bof, Caseiro e Mundim (2023). A mobilidade dos professores, mesmo que não majoritária, pode alcançar valores consideráveis em alguns estados.

Valores elevados de natividade podem indicar que os sistemas locais de ensino têm capacidade de oferecer os professores que o sistema precisa, nos casos em que o estado já tenha atingido um número elevado de professores com nível superior. Desse modo, eles se tornariam “estados exportadores” de professores. Esse parece ser o caso do Estado do Ceará. A possibilidade dessa mobilidade fez com que 18,1% (n = 264.209) do total de licenciados em atuação, no ano de 2019, tenham, pelo menos, uma de suas funções docentes em um estado diferente daquele em que se formou. Sendo que 68,8% desses professores foram formados em uma IES privada.

A forma de contabilidade pela sede da IES permitiu averiguar um receio expresso por Segenreich (2015), em seu texto sobre privatização da formação de professores via EaD, pelos grandes conglomerados privados. O risco que a autora temia é o da formação descontextualizada, desconectada da realidade local, pois o material seria, nesse caso, produzido em outro lugar. De fato, quando analisamos, percebemos que as principais instituições formadoras são privadas e localizadas no

eixo Sul-Sudeste, o qual, como vimos, teve seu processo de privatização da formação de professores iniciado mais precocemente. A maior exceção a essa regra é o estado do Ceará, onde, dos 29.745 docentes formados por uma instituição cearense e atuantes fora do Ceará, 23.819 (80,1%) foram formados em IES estaduais.

6 REFERÊNCIAS

BOF, Alvana Maria; CASEIRO, Luiz Zalaf; MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. Carência de Professores na Educação Básica: risco de apagão? **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, vol. 9, p. 11–49, 2023. <https://doi.org/10.24109/9786558011026.ceppe.v9.5967>.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do Professor da Educação Básica**, n. 41. Brasília: [s. n.], 2018.

CARVALHO, Mark Clark Assen de; DAMASCENO, Ednaceli Abreu; MOURA, Maria do Socorro Lima. Navegando em águas turvas no campo da política e da formação de professores. **Revista Exitus**, vol. 9, no. 3, p. 169, 1 Jul. 2019. DOI 10.24065/2237-9460.2019v9n3ID940.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Brello. FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL E A FINANCEIRIZAÇÃO. **Jornal de Políticas Educacionais**, vol. 14, p. 1–20, 26 Jan. 2020. DOI 10.5380/jpe.v14i0.70063.

GATTI, Bernadete; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, Bernardete; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; OTRANTO, Celia Regina. As políticas de formação de professores: a expansão comprometida. **Revista Educação em Questão**, vol. 51, no. 37, p. 42–72, 15 Apr. 2015. DOI 10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7171.

MENEGHEL, Stela Maria; WESTPHAL, Luciane Vieira. Expansão dos Cursos de Licenciaturas no Brasil Período de 2010 a 2018. 2020. **VII Congresso Nacional de Educação [...]**. Maceió: [s. n.], 2020.

MOROSINI, Marília Costa; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS LDB/96: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ACADÊMICA. **Revista Inter. Ação**, vol. 36, no. 1, 15 Jul. 2011. DOI 10.5216/ia.v36i1.15034.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, vol. 28, no. 74, p. 309–326, Aug. 2015. DOI 10.1590/S0103-49792015000200005.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, vol. 3, no. 4, p. 199–247, 22 Apr. 2021. DOI 10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892.

TAGLIARI, Clarissa. Expansão do ensino lucrativo e retração das instituições sem fins lucrativos no ensino superior brasileiro. **Plural**, vol. 29, no. 01, p. 36–59, 30 Jun. 2022. DOI 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2022.193016.

TREVISOL, Joviles Vitório; TOLEDO, Jacques Antonio de. A Educação Superior a Distância no Brasil: regulação e políticas de expansão (1998-2018). **Revista Lusófona de Educação**, vol. 51, no. 51, p. 29–46, 2021. <https://doi.org/https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle51.02>.